

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 17/06/2019

- [Judiciário aborda valores que norteiam a Justiça Restaurativa](#)
- [Pesquisa mapeia iniciativas de Justiça Restaurativa adotadas por tribunais](#)
- [Médico é preso por compartilhar pornografia infantil e filmar exames íntimos](#)
- [Adolescentes da Funase concluem curso do IFPE ligado à construção civil](#)
- [Sileno Guedes destaca importância de municípios na consolidação de políticas públicas para criança](#)

Assunto: Judiciário aborda valores que norteiam a Justiça Restaurativa

Fonte: CNJ

Data: 17/06/2019



A abertura do seminário Justiça Restaurativa, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nesta segunda-feira (17/6), em Brasília, foi marcado pelo debate dos valores que norteiam essa prática de solução de conflitos em contraponto aos preceitos da punição que caracterizam o Código Penal.

Na abertura do evento, o coordenador do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ, conselheiro Valtércio Oliveira, citou a Resolução CNJ nº 225/2016 e falou sobre a importância de se buscar uma reaproximação entre as vítimas e os ofensores. Nesse aspecto, ele abordou a importância de o CNJ fomentar no Judiciário práticas não tradicionais de resolução de conflitos visando a pacificação social.

“O Conselho Nacional de Justiça, de composição plural e constantemente renovada, tem por primazia constitucional a condução do Poder Judiciário a um horizonte de possibilidades sociais pacificadoras em que magistrados e magistradas, servidores e servidoras sejam reconhecidos pelos cidadãos brasileiros como verdadeiros prestadores de serviços públicos de índole constitucional.”

O conselheiro Valdetário Monteiro ressaltou, por sua vez, que a Justiça Restaurativa se distingue do modelo de punição do sistema penal. “É uma prática da Justiça que se distancia do método penal tradicional, pois busca meios reconciliatórios e maior participação da vítima e do culpado no processo, ou seja, pretende resolver conflitos de modo distinto do punitivismo clássico.”

Também presente ao evento, o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, destacou que nos últimos tempos houve um desproporcional aumento da distribuição de demandas e que hoje é ponto pacífico que os tribunais não conseguiram acompanhar as exigências de uma demanda tão intensa e reprimida por anos. Segundo ele, é nesse contexto que ganha relevância conciliação e a mediação como formas alternativas de solução de controvérsias, tanto na esfera cível quanto na penal.

“O tratamento adequado dos conflitos de interesses, que ocorrem em escala crescente na sociedade brasileira, passa necessariamente pela estruturação de mecanismos de autocomposição judiciais e extrajudiciais, em especial nas lides em que se discutem aspectos econômicos, e na esfera penal, está sendo posta em prática a Justiça Restaurativa como forma de resolução de conflitos caracterizados como crime ou contravenção penal, com participação direta do infrator e da vítima”, afirmou o corregedor.

Participaram da solenidade de abertura do seminário o conselheiro do CNJ e ministro e conselheiro do Tribunal Superior Eleitoral (TST), Aloysio Corrêa da Veiga, e os conselheiros Daldice Santana e André Godinho.

Diálogo com as comunidades

Na sequência do evento, o conferencista João Salm, da Governors State University em Illinois, nos Estados Unidos, e um especialista mundial em Justiça Restaurativa, abordou a essência e importância para a sociedade dessa modalidade de solução de conflitos.

Ao falar sobre os valores que permeiam a aplicação do método e sobre trabalhos que vem sendo feitos em vários países, João Salm propôs uma maior aproximação do Judiciário com os jurisdicionados. “É preciso diálogo com as comunidades, às quais servimos como servidores públicos”, disse. Em sua conferência, Salm citou os princípios que regem a Justiça Restaurativa: valores, relacionamento, responsabilidade coletiva, necessidade de lidar com dano e fortalecimento das comunidades.

“Quando prendemos um jovem, prendemos ele ou ela e suas relações, seus sonhos e suas potencialidades como ser humano e sua dignidade. Prendemos tudo isso e segregamos tudo isso.” Ao falar a formuladores de políticas públicas do Poder Judiciário, ele comentou que não basta treinar facilitadores para a implementação da Justiça Restaurativa.

Segundo Salm, é necessário que se entenda essa modalidade de solução de conflitos como uma iniciativa de ação conjunta de várias instituições, tais como as comunidades, as famílias, as escolas, as prisões, os tribunais de Justiça, as instituições religiosas e as entidades não-governamentais, entre outras. E, conforme disse, para a prática dessa modalidade de solução de controvérsias, incluindo as de natureza penal, é necessário pensamento reflexivo e crítico, cuidado, ética, solidariedade e ações multidisciplinares que visem o encontro, o reparo do dano e a transformação do indivíduo e da comunidade na qual está inserido.

Entre as ações necessárias nesse campo, ele sugeriu cuidado com a linguagem e que, nas experiências da Justiça Restaurativa, devem ser suprimidas palavras como crime, criminoso e infrator de forma a se evitar rótulos. Ao propor a pacificação de conflitos pela via da Justiça Restaurativa, Salm diz ser necessário ampliar os horizontes. “Precisamos de pluralidade e diversidade em nosso entendimento sobre a Justiça.”

Assunto: Pesquisa mapeia iniciativas de Justiça Restaurativa adotadas por tribunais

Fonte: CNJ

Data: 17/06/2019



Uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Pesquisas Judiciária (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mapeou as iniciativas de programas piloto de Justiça Restaurativa implantadas por alguns tribunais de Justiça (TJs) brasileiros. Introduzido oficialmente no Brasil em 2005, o método apresenta-se como uma alternativa de solução de conflito que pode ser utilizado em qualquer etapa do processo criminal. Os resultados dos dados coletados durante os meses de fevereiro a abril foram divulgados, nesta segunda-feira (17/06), no Seminário Justiça Restaurativa, realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

De acordo com o conselheiro Valdetário Monteiro, que participou da apresentação da pesquisa, o Conselho ao observar uma tendência internacional, como as práticas das Organizações das Nações Unidas (ONU) usadas como alternativas de resolução de conflitos desde a década de 1990, estabeleceu princípios básicos para utilização dos programas restaurativos em matérias criminais.

“O CNJ, cumprindo com sua missão institucional e observando as recomendações da ONU, publicou em 2016 a Resolução CNJ nº 225, que visa desenvolver um plano de difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, além da promoção da criação e da instalação de espaços de serviço de atendimento restaurativo. No entanto, conhecer sobre os programas, projetos e ações destes métodos atualmente existentes no âmbito do Poder Judiciário é essencial para realizar estas determinações”, destaca.

O Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, constituído por conselheiros e juízes de diferentes regiões do país, elaborou dois questionários aos 27 Tribunais de Justiça e aos cinco Tribunais Regionais Federais. Um deles deveria ser preenchido caso houvesse programas, projetos ou ações em Justiça Restaurativa no âmbito do tribunal. O outro questionário seria preenchido caso não houvesse nenhuma iniciativa desta natureza, a fim de verificar interesse em capacitação. A pesquisa foi aplicada à Justiça Comum, tanto Estadual quanto Federal, tendo em vista a razão da temática.

Dos 32 tribunais, apenas um não respondeu ao questionário, sendo que dos 31 somente três responderam não possuir nenhum tipo de iniciativa sobre Justiça Restaurativa. Portanto, 25 Tribunais de Justiça, 96% do total de respondentes, e três Tribunais Regionais Federais, 60% dos existentes, possuem algum tipo de iniciativa em Justiça Restaurativa. Ao todo, foram contabilizados 44 programas, projetos e ações.

Entre os tribunais com iniciativas executadas, 88,6%, consideram que essas práticas contribuem para o fortalecimento do trabalho em rede de promoção e garantia de direitos. De acordo com a diretora do DPJ do CNJ, Gabriela Gomes, quanto às áreas de aplicação das atividades restaurativas, identificou-se uma grande diversidade, destacando-se a aplicação em questões

envolvendo atos infracionais, conflitos escolares, infrações criminais leves e médias, violência doméstica, bem como o uso preventivo da Justiça Restaurativa.

A pesquisa ainda coletou informações sobre o quadro de pessoal e estrutura de serviços. Constatou-se que 20,5% dos respondentes afirmaram ter quadro próprio de pessoal com dedicação exclusiva às iniciativas em Justiça Restaurativa. Outros 43% possuem quadro próprio de pessoal, mas com dedicação apenas parcial. Ou seja, a maioria das iniciativas não possui corpo funcional com dedicação única ou espaço exclusivo para a realização de suas práticas, sendo utilizados locais de outros setores ou ambientes externos ao Poder Judiciário.

Com o levantamento obteve-se ainda informações relacionadas à capacitação, sendo que 75% dos respondentes destacaram realizar formação de facilitadores de Justiça Restaurativa e 95,7% informaram que gostariam de participar de ações de capacitação. Os cinco temas de maior interesse de aprofundamento são: infância e juventude - atos infracionais; conflitos de família; infância e juventude - medidas protetivas; infrações criminais leves e médias; e infância e juventude - conflitos escolares.

Ainda segundo Gabriela, a metodologia estabeleceu como programa o conjunto de projetos e ações planejados e coordenados para o alcance de propósitos amplos. “Projeto consiste no planejamento de atividades para desenvolvimento de um objeto. Já ação é entendida como a sequência de tarefas para a realização de objetivos específicos”, detalha.

O Seminário Justiça Restaurativa segue na tarde desta segunda-feira (17/6) e será encerrado nesta terça-feira (18/6).

Assunto: Médico é preso por compartilhar pornografia infantil e filmar exames íntimos

Fonte: Diário de PE

Data: 17/06/2019



Um médico foi preso, na manhã desta segunda-feira (17), por pornografia infantil. A prisão foi resultado da Operação “Curie”, deflagrada pela Polícia Federal para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Homem já havia sido preso duas vezes em menos de um ano.

O preso, Fábio Lima Duarte, tem 37 anos e reside na região da Pampulha, em Belo Horizonte. Além de guardar e compartilhar arquivos de pornografia infanto-juvenil por meio da internet, ele filmava exames médicos íntimos que realizava em suas pacientes.

Ele foi encaminhado para a penitenciária Nelson Hungria, onde permanece à disposição da Justiça. Se condenado, poderá cumprir até seis anos de reclusão e pagar multa.

A prisão cumpriu o mandado judicial de prisão preventiva, expedido pelo 35ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte. De acordo com a Polícia Federal, as investigações prosseguem no sentido de verificar as redes de contato do preso.

Em nota, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRM/MG) informou que tomou conhecimento, pela imprensa, da prisão do médico no início do ano. E que, à época, iniciou os procedimentos regulamentares necessários à apuração dos fatos. O registro de CRM desse médico está suspenso por decisão judicial. O processo contra o médico corre no CRM/MG sob sigilo.

Preso outras vezes

Em Operação da Polícia Civil em outubro de 2018, foram constatadas 33 mil imagens compartilhadas em um ano. Na casa dele foram encontradas várias fotos do médico fazendo sexo com adolescente na sua própria casa. Ele teria confessado que usava câmera escondida durante exames de imagens nas pacientes sem que elas soubessem. A Polícia Civil ainda apurava em quais clínicas ele atendia e se houve estupro de vulnerável e importunação ao pudor. Ele recebeu liberdade provisória em 20 de dezembro.

Em fevereiro deste ano, ele foi preso novamente, acusado de estupro de vulnerável e violação sexual mediante fraude. Na casa de Fábio foram apreendidos 74 vídeos de mulheres e 31 de crianças e adolescentes e um, em inglês, que “supostamente ensina como abordar crianças e adolescentes para práticas sexuais”, segundo a delegada Renata Ribeiro Fagundes, da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente. O material apreendido na operação registrava imagens do médico em atos sexuais com adolescentes.

Assunto: Adolescentes da Funase concluem curso do IFPE ligado à construção civil

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 17/06/2019



A parceria entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) formou, com sucesso, mais uma turma de adolescentes em cumprimento de medida de internação. Cinco alunos receberam certificados de participação no curso de Pedreiro de Alvenaria, ofertado no Campus Caruaru da instituição de ensino. Desde que o projeto teve início, em maio de 2018, quatro turmas, com um total de mais de 20 socioeducandos, já foram formadas e concluídas.

A parte prática das aulas foi desenvolvida no próprio campus. Os socioeducandos começaram a erguer paredes do espaço onde funcionará o Centro de Treinamento do curso de Segurança do Trabalho. A formação profissionalizante foi ofertada para os adolescentes em um momento em que o mercado da construção civil vive um reaquecimento em Caruaru e região, com mais solicitações de inícios de projetos de empreendimentos em relação a 2016 e 2017, conforme números de instituições do setor.

Todos os alunos concluintes cumprem medida no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Caruaru. Outras duas turmas de Pedreiro de Alvenaria já foram formadas com adolescentes da mesma unidade. O projeto começou com a oferta de outro curso, o de Eletricidade Veicular, também com êxito. A parceria entre a Funase e o IFPE Caruaru ainda tem atendido a Casa de Semiliberdade (Casem) situada no município, por meio da inclusão de socioeducandos em turmas do curso de Pintor de Obras.

“A parceria com o IFPE em Caruaru tem gerado experiências que deixam marcas nesses adolescentes. Eles têm acesso a toda uma estrutura com laboratórios, salas de aula e, portanto, passam a ter a vivência de estar em um campus. As informações que chegam a nós sobre os alunos que já concluíram os cursos, nas primeiras turmas, são animadoras. Os socioeducandos reconheceram a oportunidade e investiram em si mesmos. Efetivamente, cumpriram a medida socioeducativa. É muito importante que Judiciário e Ministério Público reconheçam esse resultado como uma forma de validar junto aos adolescentes tudo o que eles construíram”, avalia o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da Funase, Normando de Albuquerque.

No mesmo sentido, o coordenador do Case Caruaru, Márcio Oliveira, afirma que a formação ajudou na transformação social dos socioeducandos. “A educação tem uma importância na mudança do pensamento, da postura, da conduta e naquilo em que se acredita. Tivemos a experiência de uma turma que se dedicou nas atividades em geral, com responsabilidade e buscando, de fato, um melhoramento de vida. É gratificante quando a gente consegue alcançar o objetivo de certificar adolescentes que, muitas vezes, não tiveram a oportunidade de fazer um curso. Isso é resultado de um trabalho bem feito e realizado com sucesso”, declara.

Assunto: Sileno Guedes destaca importância de municípios na consolidação de políticas públicas para criança

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 17/06/2019



Para estimular os prefeitos das cidades do semiárido pernambucano a construir estratégias e políticas públicas de garantia de direitos para crianças e adolescentes, o secretário estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ), Sileno Guedes, participou do Encontro de Gestores e Gestoras do Selo Unicef, ocasião em que o Fundo das Nações Unidas para a Infância apresentou as diretrizes para conquistar a meta e abriu espaço para que os administradores municipais pudessem destacar suas potencialidades e problemáticas.

Durante a abertura do evento, Guedes falou sobre a atuação do Governo do Estado na proteção integral das crianças e adolescentes destacando o novo programa estadual, o Criança Alfabetizada, e as ações de enfrentamento ao trabalho infantil durante o mês de junho, encabeçadas pela campanha estadual “Trabalho não é coisa de criança”. O gestor ressaltou a importância das prefeituras na consolidação de políticas públicas para a primeira infância.

“Essa semana vimos o Governo de Pernambuco se juntar aos 184 municípios numa verdadeira cruzada voltada para a primeira infância e para a alfabetização desse público. Pernambuco, que conseguiu avançar ao longo dos últimos anos na educação do Ensino Médio, agora volta o seu olhar para a base e se alia aos prefeitos numa parceria que tem foco único e exclusivo no fortalecimento e olhar na criança. Além disso, durante todo o mês junho vamos nos unir aos municípios para quebrar os mitos que existem em torno do trabalho infantil e esclarecer que criança precisa de condições para o seu desenvolvimento”, pontuou.

O secretário da SDSCJ ressaltou ainda a importância do apoio das gestões municipais e da atuação dos servidores que trabalham no compromisso na formação e no atendimento das crianças e adolescentes. “Trabalhamos com a camada da população que não tem uma representação significativa que fale por eles e quando vemos tanta gente dando a mão e lançando o olhar para essa população, a gente fica animado em fortalecer o controle social”, completou.

Em Pernambuco, 123 municípios aderiram ao Selo UNICEF na edição 2017-2020. O evento realizado em Recife teve o objetivo de provocar a estruturação de novas políticas públicas para a primeira infância por parte dos municípios. Juntas, as cidades atendem mais de um milhão de crianças e adolescentes no Estado.

Além do chefe do escritório da Unicef no Recife, Dennis Christian Larsen, o encontro contou com a presença do presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, e do presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Eduardo Figueiredo, além da presidente da Ong Acerte, Graça Lima, e representantes dos Colegiados da Saúde e Educação, Sônia Tenório e Maria José Leite.